

# A Primeira Independência do Paraguai

Mário Maestri<sup>1</sup>

**A**pós 1810, a Revolução de Maio, em Buenos Aires, buscou dois grandes objetivos: emancipar as regiões da bacia do Prata do poder político e do tãção comercial espanhol e submetê-las a Buenos Aires. Logo após o mote autonômico, os revolucionários enviam às demais províncias do vice-reinado mensageiros propondo a adesão à Junta portenha. Para Santa Fé, Corrientes e Asunción, foi enviado o coronel do Regimento Voluntário de Milícias de Costa a Baixo, o paraguaio José Espínola y Peña, com ordem de organizar a deposição do governador-intendente do Paraguai e das Missões, Bernardo de Velasco y Huidobro [c. 1765-c. 1822], e com a credencial secreta, segundo ele, de Comandante Geral das Armas do Paraguai. O profeta irredentista não teve boa acolhida em sua terra, pelo conteúdo de sua proposta, mais do que por seu conhecido caráter autoritário e truculento. De volta a Buenos Aires, após fugir da província para não ser preso, Espínola declarou que eram muito fortes as forças autonomistas pró-Junta de Maio em sua pátria pequena, bastando uma força de uns duzentos soldados para por fim ao governo realista.<sup>2</sup>

Em 24 de julho de 1810, reuniu-se assembléia [*Junta General de Vecinos*, no Colégio Seminário de Asunción, com duzentos representantes do Cabildo, de forte orientação realista; do exército; do clero; da administração; das profissões liberais; das corporações; dos comerciantes; dos grandes proprietários de terra da capital e do interior, sob a presidência do governador. Devido ao caráter censitário da convocação, não participaram da assembléia representantes dos *chacareros*, dos *pueblos* nativos, dos pequenos comerciantes – ou seja, delegados do *povo* médio e miúdo do Paraguai. A reunião dava-se para decidir e mi se comportaria a província, devido à prisão-renúncia do soberano espanhol Fernando 7º e à designação do irmão de Napoleão Bonaparte como novo soberano espanhol.

Sob a proposta do governador Bernardo de Velasco e das autoridades instituídas, favoráveis à Espanha, apoiadas pelo cabildo, a assembléia decidiu o reconhecimento-fidelidade ao Supremo Conselho da Regência, que substituiu o poder real espanhol, enquanto de seu impedimento; a manutenção de “armoniosa correspondência y fraternal amistad”, no mesmo pé de igualdade, com a Junta Provisional de Buenos Aires, desconhecendo assim a primazia da ex-capital do vice-

reinado. Naquele momento, o partido real propunha que Buenos Aires formara uma junta por que, na época de sua constituição, não sabia da formação do Conselho de Cadiz. No caso do *povo* da província paraguaia, no conhecimento daquele órgão supremo, restava apenas jurar obediência ao governo metropolitano instituído.

A reunião vicinal constituiu igualmente uma Junta de Guerra, sob a direção do coronel espanhol Pedro Garcia, para fazer frente à ameaça luso-brasileira – mais tarde, o coronel fugiria para os quartéis portugueses no Mato Grosso, para pedir ajudada contra os patriotas paraguaios.<sup>3</sup> Com o vazio de poder em Espanha, a esposa de dom João, a princesa espanhola Carlota Joaquina de Bourbón, irmã mais velha do soberano espanhol na prisão, pensava governar como regente o vice-reinado do Prata. Nos fatos, o governador do Paraguai preparava a guerra contra a Junta de Buenos Aires – e não contra os lusitanos, possíveis aliados contra os autonomistas portenhos. Nesse momento, não houve intervenção política autônoma significativa dos *criollos* paraguaios, que se associaram ao partido *espanholista* e realista para barrar o avanço colonizador portenho.

## O Doutor Francia

A única voz dissonante que se escutou na *Junta General de Vecinos*, de 24 de julho de 1810, duramente rejeitada pela assembléia realista, foi a do doutor José Gaspar de Francia [1776-1840], que despontou como representante do partido patriota intransigente:

Esta Asamblea no perderá su tiempo debatiendo si el cobarde padre o el apocado hijo es rey de España. Los dos han demostrado su débil espíritu y su desleal corazón. Ni el uno ni el otro puede ser ya rey en ninguna parte. Más sea o no rey de España el uno o el otro, ¿qué nos importa a nosotros? Ninguno de ellos es ya rey del Paraguay. El Paraguay no es el patrimonio de España, ni provincia de Buenos Aires. El Paraguay es Independiente y es República, la única cuestión que debe discutirse en esta asamblea y decidirse por mayoría de votos es: cómo debemos defender y mantener nuestra independencia contra España, contra Lima, contra Buenos Aires y contra Brasil; cómo debemos fomentar la pública prosperidad y el bienestar de todos los habitantes del Paraguay; en suma, qué forma de gobierno debemos adoptar para el Paraguay.<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em História, UPF, RS.  
[maestri@via-rs.net](mailto:maestri@via-rs.net).

<sup>2</sup>CHAVES, Julio César. *El Supremo Dictador*: biografía de José Gaspar de Francia. 5 ed. Asunción: Carlos Schauman, 1985. p. 93.

<sup>3</sup>Id. ib. p. 279.

<sup>4</sup>VILABOY, Sergio Guerra. “El Paraguay del doctor Francia”. [bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/critica/nro5/VILABOY.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/critica/nro5/VILABOY.pdf). p. 3.

A junta de Buenos Aires respondeu imediatamente à decisão de Asunción – enviou o paraguaio Juan Francisco Arias à província, para convencer seus patrícios da vantagem da adesão ao movimento autonomista e retaliou o comércio da província. Em setembro de 1810, uma flotilha paraguaia foi obrigada a descer o rio Paraná para libertar oito embarcações provinciais detidas em Corrientes. Ela serviu também para reconquistar a posse de Curupayty, questionada por Corrientes, e restabelecer o domínio sobre alguns tributários do rio Paraná. Então, como a ex-província do Paraguai não se submetia pelas *buenas*, a oligarquia liberal-mercantil portenha em ascensão optou pelas *malas*. Informado sobre as decisões do governo paraguaio, a junta portenha bloqueou o acesso fluvial à província *rebelde*; decretou o fim da jurisdição paraguaia sobre as Missões; enviou conspiradores para organizarem as forças pró-portenhas, que promoveram diversas pequenas conspirações em Asunción, Concepción, Itae Yaguarón.<sup>5</sup>

Finalmente, a junta portenha enviou contra a província rebelde expedição militar comandada por Manuel Belgrano [1770-1820], secretário perpétuo da Junta de Comércio de Buenos Aires, responsável pela abertura do porto daquela cidade ao comércio internacional, secundado por dois paraguaios. As instruções dadas a ele por Mariano Moreno eram claras e duras. Manuel Belgrano deveria “*poner al Paraguay 'en completo arreglo', remover el Cabildo y a las autoridades, colocar en su reemplazo hombres de entera confianza, y expulsar del país a los vecinos sospechosos. Si hubiese resistencia de armas 'morirán el Obispo, el Gobernador y su sobrino con los principales causantes de la resistencia.'"*<sup>6</sup>

Manuel Belgrano era fino político, sem experiência militar. Contando com os fortes apoios entre as classes crioulas paraguaias prometidos por José Espínola y Peña, esforçou-se inutilmente para apresentar a intervenção como destinada a libertar a província dos espanhóis. Entretanto, o ressentimento paraguaio era maior com os comerciantes portenhos do que com os administradores espanhóis. A Junta enviou também ao Paraguai Juan Francisco Agüero, natural daquela província, para convencer seus patrícios dos benefícios da submissão, lembrando-lhes as “*ventajas de nuestra unión y los males a que el Paraguay quedará expuesto, si continua dividido, pues aislado, y sin su comercio [...]*.”<sup>7</sup>

### Grandes facções

Em 1811, defrontavam-se na província do Paraguai quatro grandes facções político-sociais. A primeira, a *espanholista* opunha-se à Junta de Buenos Aires e era favorável ao Conselho da Regência e à dependência à Espanha. Ela constituía-se sobretudo com funcionários, comerciantes e grandes proprietários

espanhóis, que dependiam do poder metropolitano para manter seus privilégios. A segunda, *portenhista* era favorável à Junta de Buenos Aires e, portanto, à manutenção do Paraguai como província de uma federação, com capital no grande porto. Ela era constituída principalmente por comerciantes locais ligados ao comércio portenho.

A terceira grande facção era o partido *criollo*, formado pelos patriotas autonomistas, capitaneado por membros das famílias de colonizadores, grandes proprietários de terra, dedicadas à agricultura e sobretudo ao pastoreio. Ele opunha-se ao domínio espanhol e portenho e era favorável à independência ou a uma confederação, na qual as ex-províncias mantivessem real autonomia. Os *criollos* mobilizavam-se para emancipar-se dos pesados tributos portenhos, mas temiam rompimento pleno com Buenos Aires, pois almejavam acrescer as exportações através daquele porto de erva-mate, tabaco, açúcar, aguardente, madeira, mercadorias, que escoavam parcialmente.<sup>8</sup>

Os proprietários *criollos* defendiam a *manutenção* e o *aprofundamento* das relações comerciais, *nas melhores condições possíveis*, com Buenos Aires. “*Este grupo, en lo referente a la ideología, desechaba lógicamente toda concepción de un Estado igualitario, condicionado como estaba por su posición privilegiada, en un país con numerosos pequeños y medianos agricultores.*”<sup>9</sup> Mesmo se encontrando mais próximos do que os *espanholistas*, os proprietários *criollos* possuíam claros antagonismos com os pequenos proprietários – *chacareros* –, no relativo ao controle das terras e da mão de obra. Divergiam, igualmente, no que se refere às relações desejadas com a oligarquia comercial de Buenos Aires.

A quarta grande facção era formada pelos medianos e pequenos agricultores e criadores proprietários e arrendatários. Igualmente adictos aos direitos de propriedade, tinham suas explorações orientadas essencialmente ao auto-consumo e ao comércio local. O *import-export* e as relações com Buenos Aires eram-lhes questões estranhas, que podiam dificultar suas existências. Envolvimento nas disputas da bacia do Prata significaria igualmente enrolamento nos exércitos da força de trabalho familiar, com seqüelas terríveis para as pequenas e médias explorações e propriedades. O abatimento das barreiras alfandegárias e as importações desenfreadas assentariam fortes golpes à produção doméstica, artesanal e pequeno mercantil.<sup>10</sup>

Os pequenos e médios proprietários sofriam comumente a pressão dos *estancieros criollos* sobre suas terras, seus gados, seus direitos de pastagem. Essa sociedade camponesa necessitava igualmente de terras que sustentassem sua expansão demográfica. Os pequenos e médios arrendatários sonhavam independizar-se das rendas pagas aos grandes proprietários e dos impostos devidos ao Estado. Esses

<sup>5</sup>WHITE, Richard Alan. *La primera revolución popular en América: Paraguay (1810-1840)*. 2 ed. Asunción: Carlos Schauman, 1989. p. 41.

<sup>6</sup>CHAVES. *El Supremo Dictador*. Ob.cit. p. 97.

<sup>7</sup>GARAY, Blas. *El comunismo de las Misiones; La revolución de la Independencia del Paraguay*. Asunción: Instituto Colorado de Cultura, 1975. p. 145 et seq.

<sup>8</sup>HEINZ, Peters. *El sistema educativo paraguayo desde 1811 hasta 1865*. Asunción: Instituto Cultural Paraguayo-Alemán, 1996. p. 29.

<sup>9</sup>Loc.cit..

<sup>10</sup>Loc.cit.

segmentos tinham relações de sangue, familiares e territoriais com os *peões* desprovidos de terra, que trabalhavam eventualmente em suas propriedades, sem confundir-se com os mesmos. Eram importantes as comunidades que viviam da exploração de suas terras comunitárias.<sup>11</sup>

### Unidade diante do Portenho

Manuel Belgrano e o seu pequeno *Exército Libertador* de uns mil e cem homens cruzaram as fronteiras da província do Paraguai sem conhecer as adesões prometidas pelo coronel paraguaio José Espínola, enquanto seus soldados desertavam. O que obrigou o comandante geral portenho a reconhecer que, recebido como conquistador, apenas à “fuerza de balas” se imporia sobre os “selvagens paraguayos”. Na eventualidade de resistência paraguaia à libertação portenha, as ordens determinadas a Manuel Belgrano e Echeverría pela Junta de Buenos Aires eram claras: “[...] *que la provincia del Paraguay debe quedar sujeta al Gobierno de Buenos Aires como lo están las Provincias Unidas*”. Acompanhavam a expedição portenha alguns poucos paraguaios natos.

Após vencer frágil resistência realista, em 19 de dezembro de 1810, na batalha de Campichuelo, na travessia do rio Paraná, o destacamento portenho enfrentou o governador Bernardo de Velasco e o coronel García, no comando das forças da província do Paraguai, em 19 de janeiro de 1811, na batalha de Paraguarí, próxima da aldeia do mesmo nome, que se formara em torno de antigo colégio jesuítico, a pouco mais de cem quilômetros da capital. As forças mostravam-se desequilibradas em favor dos paraguaios, que contavam com seis mil soldados, enquanto os portenhos, sem adesões na província rebelde, não alinhavam, nesse momento, mais do que dois mil homens. Porém, os paraguaios eram em geral milicianos, ou seja, camponeses arrolados como combatentes, sem experiência militar e não raro apenas armados com “lazos e bolas”, armas e instrumentos de trabalho tradicionais dos guaranis, enquanto os portenhos, soldados fogueados, com bom armamento, enquadrados por oficiais competentes.<sup>12</sup>

Inicialmente, a sorte sorriu novamente ao enviado de Buenos Aires e às suas tropas, devido à facilidade com que dispersaram as forças realistas e a rapidez com que o governador Velasco, o coronel García e os oficiais espanhóis fugiram em direção de Asunción. Na capital, apenas correm boatos sobre a possível derrota, espanhóis e espanholistas embarcam-se com seus familiares e bens em dezessete navios, prontos para partirem para Montevideu, coração do partido realista.<sup>13</sup> Porém, a batalha foi salva pelo esforço dos oficiais e combatentes crioulos. O confronto, que durou quatro horas, não teria sido muito violento, pois não morreram mais do que trinta combatentes, no total. Como visto,

Manuel Belgrano contara com a adesão dos *patriotas e liberais* provinciais e, possivelmente, subestimara a belicosidade paraguaia. Os heróis do confronto foram os crioulos Fulgencio Yegros, Manuel Atanasio Cabañas e Juan Manuel Gamarra.

Após o fracasso, Manuel Belgrano recuou para o rio Tacuarí, onde, em 9 de março de 1911, após um combate derradeiro, capitulou diante das tropas paraguaias. A batalha foi mais cruenta, com quatorze mortos paraguaios e um número certamente superior de argentinos. Antes de abandonar a província, Belgrano proclamou as vantagens de união com Buenos Aires, em um regime de livre-comércio. Nos meses que antecederam o abandono do Paraguai, ele trocara estreita correspondência com os oficiais patriotas paraguaios e, após o combate de Tacuarí, quando literalmente se rendera às tropas paraguaias, recebeu o oferecimento de armistício honroso, por parte de Manuel Atanasio Cabañas, um grande plantador de tabaco da província, interessado no fim do estanco colonial do produto.

### Inimigos amigos

Depois do combate de Tacuarí, paraguaios e portenhos fraternizaram, para horror do governador e dos espanholistas, que criticaram, ferozmente, as concessões a Manuel Belgrano, no momento em que depunha as armas. O doutor Francia, por seu lado, também criticou duramente o armistício, temendo já a deriva *portenhista*.<sup>14</sup> Segundo o historiador estadunidense Richard Alan White, foi quando dessas discussões que teria maturado a disposição entre os oficiais paraguaios, oriundos das mais ricas famílias paraguaias, de independizarem a província de Espanha. A revolta teria sido marcada para 25 de maio, aniversário do mote de Buenos Aires.<sup>15</sup>

Ainda que a campanha resultasse plenamente satisfatória à província do Paraguai, com destaque para os militares crioulos, ela teria pesado fortemente sobre a população camponesa. A mobilização de mais de dez mil paraguaios se dera “*a costa de ellos mismos y con total abandono de sus particulares ocupaciones y atenciones*”, pois “*nunca se les efectuó a paga*”, já que, após os combates, eles foram despachados pelo governador Velasco sem qualquer retribuição pelos oito meses de serviço militar. Durante a mobilização, “*ganados, caballadas y carrajes, todo se tomaba y se quitaba por fuerza o de grado, y todo se consumí o se perdía sin paga, sin compensación y sin arbitrio*”, como reconheceu a Junta governativa paraguaia, em ofício de 26 de setembro de 1811. Realidade que certamente contribuiria para conformar a visão política difusa da população plebéia sobre a guerra e a independência nacional.<sup>16</sup>

Os combates desprestigiaram fortemente as forças *espanholistas*, cobrindo ao contrário de prestígio os militares *criollos*. O governador Bernardo de Velasco dissolveu o exército vitorioso, requisitou as armas nas

<sup>11</sup>Id.ib. p. p. 31.

<sup>12</sup>DEMERSAY, Alfred. “El doctor Francia, Dictador del Paraguay.” *RENGGER; CARLYLE; DEMERSAY. El doctor Francia*. Asunción: El Lector, 1987. p. 277

<sup>13</sup>CHAVES. *El Supremo Dictador*. Ob.cit. p.98

<sup>14</sup>Id.ib. p.99

<sup>15</sup>WHITE. *La primera revolución popular en America*. Ob.cit. p. 43

<sup>16</sup>GARAY, Blas. *El comunismo de las Misiones; La revolución de la Independencia del Paraguay*. Ob.cit.; WHITE. *La primera revolución popular en America*. Ob.cit. p.42.

mãos dos cidadãos, concentrou suas forças em Asunción, temeroso da reação de *portenhistas* e *autonomistas*, os últimos sob a direção do capitão Pedro Juan Caballero, de ilustre família crioula; do capitão espanhol Juan Valeriano Zeballos, patriota; e do doutor José Gaspar de Francia, advogado de grande prestígio. Conta a tradição que o doutor Francia, filho de mãe de velha cepa paraguaia e pai de origem luso-brasileira *desconhecida*, ao discutir a orientação a ser tomada diante da ofensiva portenha, colocara sobre a mesa duas pistolas, declarando que uma estava armada para combater a Espanha e a outra para lutar contra Buenos Aires.<sup>17</sup>

Uma segunda expedição foi enviada por Bernardo de Velasco, governador espanhol do Paraguai, para ocupar Corrientes, para facilitar a coordenação da resistência com os realistas entrincheirados em Montevidéu. Porém, vergada a ofensiva portenha, dissolvia-se a aliança entre os *realistas* e o partido *patriota autonomista* paraguaio, então capitaneado pelos grandes proprietários crioulos. Enquanto pipoqueavam pequenas conspirações pró-portenhas, em Asunción e no interior, favoráveis ao fim da “esclavitud a los americanos”, expressão do espírito autonomista na região entre os *patriotas*, os principais militares crioulos, ponta-de-lanças dos grandes proprietários nativos, marcaram, como visto, sublevação geral.

### Todos contra Espanha

O doutor José Gaspar de Francia participou, com destaque, desde o primeiro momento, dos preparativos do mote autonomista. Para fortalecerem-se diante dos realistas, os revolucionários envolveram na conspiração chacareros, tenderos e, até mesmo, peões agrícolas. O movimento iniciaria na antiga missão de Itapúa [vila de la Encarnación], com a sublevação de Fulgencio Yegros, nomeado governador das Missões, apoiado por Manuel Atanasio Cabañas, que reuniria forças nas Cordilleras. A revolta ocorreria no dia 25 de maio, primeiro aniversário do movimento de Buenos Aires, como assinalado.<sup>18</sup> Porém, um importante sucesso anteciparia o pronunciamento.

Em 9 de maio, chegava a Asunción o tenente de dragões José de Abreu Mena Barreto [1770-1827], enviado por Diogo de Souza [1755-1829], capitão-geral do Rio Grande do Sul. Ele foi recebido por três mil manifestantes, adictos ao espanholismo, que o acompanham até a casa do governador. A princesa imperial Carlota Joaquina de Bourbon, esposa de dom João 6º, irmã de Fernando 7º, conspirava para reinar sobre o Prata, aproveitando a acefalia do trono espanhol. Em 11 de maio, José de Abreu apresentara a exigência, aceita dois dias mais tarde pelo cabildo de Asunción, todo ele adicto ao realismo, de que Carlota Joaquina fosse reconhecida como senhora do Prata, enquanto seu irmão estivesse interditado.

Em sinal de submissão à Carlota Joaquina, o governador e o cabildo acordaram colocar as Missões sob

a *guarda* portuguesa, o que diziam faria “*cambiar a los Insurgentes y a sus infames Satélites*”. Um grandioso baile de despedida foi oferecido no Palácio para José de Abreu, que se prepara para partir para o Rio Grande do Sul, levando as cartas de anuência do governador, do bispo e do cabildo. Diante desses sucessos, o movimento independentista eclodiu em Asunción, em 14 de maio, sob o comando do capitão Pedro Juan Caballero e do tenente Vicente Ignacio Iturbe, que conquistam a adesão de algumas tropas e, com ela, o controle dos quartéis e fortes militares, sem praticamente resistência. O doutor Francia participou com destaque do movimento.<sup>19</sup>

Possivelmente por inspiração do doutor Francia, o movimento apresentou-se sobretudo como mobilização para impedir a anexação das Missões ao Brasil e estabelecer relações menos tensas com Buenos Aires, que permitissem a retomada plena do comércio. Sequer exigiram o abandono de Bernardo de Velasco do governo da província, que, sem poder antepor-se militarmente às forças crioulas, queimou a correspondência comprometida e acomodou-se à nova situação. Desde então, ele permaneceu *secundado* pelo capitão espanhol Juan Valeriano Zeballos, simpático à causa paraguaia, e pelo doutor José Gaspar de Francia, o principal intelectual paraguaio e dirigente da ala intransigente dos patriotas, desde sua atuação na *Junta General de Vecinos* de julho de 1810.

### Fim do consenso

Entretanto, após a vitória das forças criollas, apoiadas pelos patriotas intransigentes e pelos segmentos plebeus, o movimento começou a explicitar suas contradições internas. Os *portenhistas*, que haviam conspirado durante um ano para derrotar o governador realista propuseram, na noite do dia 15, através do doutor Somellera, que se enviasse imediatamente comunicação do ocorrido a Buenos Aires. A pronta ação do doutor José Gaspar de Francia registrou o sentido de sua participação na junta revolucionária: vetou, no ato, a proposta, lembrando que não se libertavam de Espana para se submeterem a Buenos Aires.<sup>20</sup>

Em 17 de maio, o novo governo lançou proclamação reafirmando a defesa da autonomia e da felicidade do Paraguai; reivindicando o “desgraciado soberano” Fernando 7º; convocando congresso geral; declarando a vontade de federar-se, em pé de direitos e de igualdade, com Buenos Aires e as outras províncias do Prata, baixo “*un sistema de mutua unión, amistad y conformidad*”; exigindo a entrega das armas e da pólvora existente em mãos de particulares, que seriam devolvida e pagas oportunamente. Um documento que o historiador paraguaio Blas Garay (1873-1899) computa possuir já “*el influjo preponderante de Francia em el Gobierno*”.

Em sinal de boa vontade, a junta determinou o abandono da ocupação de Corrientes. Quanto a José de Abreu, representantes do novo governo foram visitá-lo,

<sup>19</sup>Id. ib. p. 105

<sup>20</sup> ANDRADA E SILVA, *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai*. Ob. cit. p. 120; VILABOY, Sergio Guerra. “El Paraguay del doctor Francia”. Ob. cit. p. 4; WHITE, *La primera revolución popular en America*. p. 46; CHAVES, Julio César. *El Supremo Dictador*. p. 109.

<sup>17</sup> ANDRADA E SILVA, Raul. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. p. 115.

<sup>18</sup> CHAVES, *El Supremo Dictador*. Ob. cit. p. 102

entregando-lhes nota diplomática na qual se enfatizava a independência e a igualdade em relação ao governo da província de Buenos Aires e a vontade de manter as melhores relações com o governo português. Além disso, aquela nota elogiava fortemente a missão do tenente José de Abreu de apoio à província e pedia auxílio de armas devido aos ataques dos indígenas e à intranquilidade geral da região!<sup>21</sup>

O governador Velasco pediu apoio ao capitão-mor da capitania do Rio Grande, quando da invasão de Manuel Belgrano. Em fevereiro de 1811, Diego de Sousa postara mil e quinhentos homens às ordens do governador Velasco, na então fronteira sulina com o Paraguai. Tropas lusitanas foram também reunidas no forte Novo de Coimbra, na margem esquerda do rio Paraguai, no Mato Grosso, para uma eventual invasão daquela província pelo sul e pelo norte. A descoberta de correspondência de Velascos com Montevideu, propondo aliança com os portugueses contra os patriotas, ensejou sua prisão, em 9 de junho de 1811, e de outros espanholistas e portenhistas conspiradores. O mesmo ocorreu a seguir com os portenhistas, envolvidos em conspirações contra a autonomia paraguaia. A correspondência declarava a intenção de apoiar os direitos de Fernando 7º contra os revolucionários e, no impedimento daquele soberano, de aceitar a suzerania de Carlota Joaquina sobre o Prata. Na ocasião, foram igualmente destituídos os oficiais espanhóis e o cabildo espanholista.

### A vitória dos Senhores da Terra

Devido às prisões de espanholistas e portenhistas, motivadas por conspirações contra a independência paraguaia, no Congresso Geral, de 17 de junho de 1811, entre os 251 deputados, à exceção de quatro espanhóis natos, todos eram paraguaios patriotas, em geral grandes proprietários de terra dedicados à criação animal. O discurso de abertura foi proferido pelo doutor José Gaspar de Francia, em elocução de forte sentido russeuniano, na qual defendeu o direito da província de “disponer de si mesma” e lembrou que todo homem nascia livre e que os direitos à liberdade podiam ser sufocados pela forças das armas, mas jamais extinguidos, pois “los derechos naturales” não eram “prescribibles”. Porém, ainda sem forças para defender a independência total do Paraguai de Espanha, Francia e Zeballos pronunciaram juras de fidelidade ao rei prisioneiro. “No por eso hemos pensado ni pensamos dejar de reconocer al señor don Fernando VII [...] y ahora protestamos nuevamente una firme adhesión a sus augustos derechos”.<sup>22</sup>

O congresso aprovou uma “Constituição provisória da Província do Paraguai” e a destituição de Velasco. Sobretudo, designou uma junta superior governativa, por cinco anos, sob o presidência do tenente-coronel Fulgencio Yegros, também comandante geral das armas, com quatro vogais: capitão Pedro Juan Caballero, frei Francisco Javier de Bogarín, Fernando de la Mora e o

doutor José Gaspar de Francia. O médico suíço J.R. Rengger, que viveu no Paraguai de 1819 a 1825, apesar de severo crítico do doutor Francia, não creditava grande valor ao caudilho das classes crioulas paraguaias: “[...] *Don Fulgencio Yegros, rico labrador que solo sabia montar un caballo y manejar el lazo con mucha destreza, en vez de ocuparse de los negocios públicos*”, com os outros distintos membros do governo, “pasaban su tiempo jugando, haciendo paradas, fiestas y regocijos”.<sup>23</sup>

Como Yegros, o capitão Pedro Juan Caballero distinguira-se na luta pela independência e pertencia ao escol das classes proprietárias crioulas. Por sua vez, o frei Francisco Javier de Bogarín representava o alto clero, que dominava importantes bens e propriedades na província. Fernando de la Mora era igualmente distinguido cidadão paraguaio. O doutor Francia era o único membro da junta sem ligação aos proprietários crioulos. Certamente devido a ação resoluta de Francia, os espanholistas crioulos não estavam representados na junta.<sup>24</sup>

### A voz dos pequenos

No congresso, definiu-se a federação igualitária do Paraguai com as demais províncias do Prata; aboliu-se o monopólio estatal da venda do tabaco; declarou-se livre o comércio de todos os produtos do país; pôs-se fim ao serviço militar gratuito e universal, substituído por tropa permanente e remunerada. Os espanhóis natos e os inimigos do novo regime não podiam ascender a cargos públicos. Em 20 de julho de 1811, foram enviadas a Buenos Aires as decisões tomadas e uma nota definindo as condições para uma eventual federação com as demais províncias do vice-reinado: até o congresso das províncias, o Paraguai governaria-se em forma independente; o fim dos direitos sobre a erva-mate, cobrados em Buenos Aires, e do estanco do fumo; que toda a decisão tomada pelo futuro congresso de Buenos Aires deveria ser ratificada pela população paraguaia.<sup>25</sup>

Com o novo governo, o poder parecia encontrar-se solidamente nas mãos da aristocracia crioula paraguaia, da qual pertencia seu presidente e os demais membros da Junta, à exceção do doutor José Gaspar de Francia. Portanto, os novos senhores do Paraguai poderiam finalmente dedicar-se a impor seu programa. Ou seja, estender seu domínio através do país, ampliando suas propriedades e exportações e negociar com a burguesia mercantil portenha o nível de submissão a Buenos Aires. Porém, desde logo, estabeleceu-se clara oposição entre os membros da Junta Governativa, por um lado, e o doutor José Gaspar de Francia, por outro. Este último, representante dos defensores da independência sem conciliação, desgostoso com a situação, afastou-se do governo, quarenta dias após sua constituição, por primeira vez, em 1º agosto de 1811, protestando contra o domínio dos altos oficiais militares nas decisões governamentais. Ou seja, da ação prepotente no governo

<sup>21</sup>GARAY. *El comunismo de las Misiones; La revolución de la Independencia del Paraguay*. Ob.cit. p. 200; CHAVES. *El Supremo Dictador*. Ob.cit. pp. 113.

<sup>22</sup>WHITE. *La primera revolución popular en America*. Ob.cit. p. 49

<sup>23</sup>RENGGER, J.R. “Ensayo histórico sobre la revolución del Paraguay”. RENGGER; CARLYLE; DEMERSAY. *El doctor Francia*. Ob.cit. p. 20

<sup>24</sup>CHAVES. *El Supremo Dictador*. P. 119.

<sup>25</sup>RIVERA, Enrique. *Jose Hernandez y la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Colihue, 2007. p. 27.

dos representantes da aristocracia proprietária crioula paraguaia.

Nos meses seguintes, mais e mais, José Gaspar de Francia passaria a acaudilhar os defensores intransigentes da independência, com destaque para as classes plebéias das cidades e sobretudo do campo. Uma convergência que ensejaria o único movimento pela independência nas Américas em que, sob a ordem francista, os grandes proprietários nativos seriam mantidos, por décadas, afastados do poder político.

Artigo recebido em 24/03/2011

Aprovado em 22/04/2011